

O Impacto do Facebook Sobre o Sul Global: O que Acontece Quando não se Importa o Suficiente

Malu de Aguiar Gouvêa Aragão¹

RESUMO

Os fenômenos do *big-data* e das *fake news* geraram impactos nos processos políticos dos últimos anos. Este artigo visa discutir a relação entre esses fenômenos e o exercício político, tendo como foco principal os efeitos no Sul Global. Apesar da baixa responsabilização, o **Facebook** tem um papel central na propagação desse cenário, visto que é a maior rede social do mundo em número de usuários. Dessa maneira, além de revisão bibliográfica e estudo de casos, serão analisadas as evidências da denúncia em relação à atuação da plataforma contra atividades inautênticas, feita pela ex-funcionária Sophie Zhang. O trabalho visa demonstrar que a preocupação com o Sul Global é mínima apesar de que, mesmo com um menor volume de atividade inautêntica, os *bots* geram sérios danos ao tecido social e político.

PALAVRAS-CHAVE: Desinformação. *Big-data*. *Facebook*. Sul Global.

ABSTRACT

The phenomena of big-data and fake news have had an impact on political processes in recent years. This article aims to discuss the relation between the phenomena and political exercise, focusing on its effects over the global South. In spite of low accountability, Facebook has had a central role in propagating this scenario as the largest social network in the world. Therefore, beyond bibliographical review and case studies, the evidence of the memorandum by Sophie Zhang regarding the platform's operation against inauthentic activity will be analyzed. Furthermore, this work intends to demonstrate there is a minimum concern with the global South although, even with a smaller volume of inauthentic activities, bots can generate serious damage to the social and political tissue.

KEYWORDS: Disinformation. Big-data. Facebook. Global South.

1. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: maluagouvea@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento da rede de dados e das mídias eletrônicas tornou-se o palco de processos de *fake news* e desinformação. Dentro do amplo espectro das notícias falsas, a desinformação se destaca por ter a intencionalidade de causar danos ou de gerar lucros (RELATÓRIO..., 2020). Nos meios políticos, esse fenômeno tem sido instrumentalizado em todo o mundo para influenciar o voto das populações, suas opiniões e até mesmo suas ações.

No Sul Global, a fragilidade das instituições democráticas e os regimes autoritários de menor expressividade internacional fazem com que esse processo tenha um impacto ainda maior, mesmo que com menor volume de dados gerados pelos atores maliciosos. Sendo a maior rede social do mundo, o *Facebook* é o veículo usado por grande parte das redes de desinformação, mas tem assumido pouca responsabilidade sobre as consequências das atividades que são perpetradas em sua plataforma. Respondendo tarde e divulgando uma quantidade seletiva de informações, a empresa tentou durante muito tempo minimizar a situação. Este artigo tem como objetivo investigar as consequências políticas que derivam de decisões empresariais neste âmbito, sobretudo no Sul Global.

A primeira seção desenvolve a relação entre o *big-data* e os processos políticos, levando em consideração as redes de desinformação e seus objetivos. Tendo como base a literatura sobre *big-data* e desinformação, as mais recentes denúncias sobre o processo de tratamento dos *bots* dentro do *Facebook* serão analisadas na segunda seção, na qual buscaremos entender por que a empresa decidiu não atuar onde o impacto é mais significativo. A revisão bibliográfica traz, na última seção, o surgimento da divisão analítica e casos específicos do Sul Global nos quais é possível observar consequências diretas sobre o tecido político e social. Por fim, analisaremos a seriedade da declaração feita por Sophie Zhang, em seu memorando sobre os anos de trabalho no *Facebook*: eles não se importavam o suficiente.

2 BIG-DATA, DESINFORMAÇÃO E PROCESSOS POLÍTICOS

O uso de notícias falsas não pode ser considerado uma consequência do fenômeno social do *big-data*. A imprensa se valeu desse recurso durante muito tempo: apesar da visão comum de que o jor-

nalismo possibilitou o exercício da liberdade, foi o segundo quem forçou a confiabilidade do primeiro (BUCCI, 2018). Existe, entretanto, uma diferença crucial no que é chamado de política da “pós-verdade”, a qual foi analisada pela revista *The Economist* em 2016, durante a campanha presidencial de Donald Trump. A “pós-verdade” é baseada em declarações que não têm o objetivo de convencer, mas sim de evocar sentimentos no público e, comumente, reforçar preconceitos. Os fatos objetivos têm, quando muito, importância secundária nesse processo, pois é o apelo sentimental que causa os resultados esperados de popularidade e a sensação de confiança nas informações (ART..., 2016).

As novas direitas neoconservadoras têm, dessa maneira, buscado modificar os regimes de verdade sobre o mundo e a sociedade. Apesar de parecem anti-intelectuais, os novos conservadores se opõem a uma forma específica de construção de conhecimento, a qual é gerada nas faculdades e na mídia tradicional. A disputa por agendas políticas se torna, como ressaltou Rosana Pinheiro-Machado (2019), uma guerra fundamentalmente discursiva que tem como objetivo derrubar um *establishment* que, ao abarcar grupos minoritários da sociedade, teria deixado de lado o cidadão comum. Evoca-se, através desses discursos, as emoções que conseguem engajar grandes parcelas da população.

O *big-data* pode ser entendido, de forma técnica, como os bancos de dados com alta capacidade de armazenamento digital, mas ele acontece num contexto mais amplo em que sofre e exerce influência sobre setores econômicos e sociais (CALDAS, C.; CALDAS, P., 2019). O encontro entre a “pós-verdade” e o *big-data* causou uma explosão de negócios voltados para o tratamento de dados e entrega de conteúdos orientados a segmentos específicos de usuários, de forma a interferir em processos sociais e moldar a opinião pública, seja por interesses políticos ou econômicos, e preferencialmente de forma invisível.

Essas informações, que são aglomeradas em formato de dados e metadados, podem ser de diferentes matizes e são utilizadas para diferentes fins, mesmo que sem o conhecimento - e, por vezes, o consentimento - daqueles sujeitos os quais os dados representam. (CALDAS, C.; CALDAS, P., 2019)

Esse foi o cenário propício para o crescimento e instrumentalização da desinformação na guerra discursiva. Segundo estudo do Conselho da Europa em 2017, a desinformação se caracteri-

za pela distribuição de informações falsas com a *intencionalidade* de causar danos e, em 2018, essa definição é especificada para “danos públicos” ou “geração de lucros” (RELATÓRIO..., 2020). O âmbito econômico é importante, pois quanto maior a quantidade de cliques, mais um *post* fatura, o que faz com que o próprio funcionamento das redes sociais transforme as emoções engendradas pela desinformação em lucros, tornando esse um negócio atrativo (BUCCI, 2018).

Como consequência da velocidade de perpetuação e dos interesses envolvidos em seu fortalecimento, o fenômeno da desinformação tem sido visto como uma das maiores ameaças ao processo eleitoral (RELATÓRIO..., 2020). A construção discursiva de pós-verdades focada em setores indecisos já se mostrou capaz de mudar o rumo de eleições ao redor do mundo. Buscando alertar quanto ao fenômeno correlato dos *deepfakes* (vídeos adulterados altamente realistas), o Fórum Econômico Mundial ressaltou que vemos um “potencial sem precedentes de enganar, desinformar e manipular”² (PUUTIO; TIMIS, 2020, tradução nossa). Os autores mostram como os *deepfakes* já foram usados para desestabilizar governos e processos políticos no Gabão, na Malásia e na Bélgica, e ressaltam que, de acordo com um relatório do *The Brookings Institute*, esses vídeos poderão ir além da distorção do discurso político, gerando uma erosão na própria confiança nas instituições públicas (idem).

Quanto aos processos políticos, o acesso ao *big-data* terá um papel cada vez maior na força política dos candidatos e não será possível medir de forma transparente quem os usa ou o quanto de dados qualificados está sendo mobilizado. Dois aspectos influenciarão nesse processo: o poder econômico para ter acesso a essas informações e a atuação numa plataforma política que seja de interesse das grandes corporações que controlam a produção e distribuição desses dados (CALDAS, C.; CALDAS, P., 2019). Nesse cenário, elites neoconservadoras e autoritárias que estão buscando aumentar sua influência a partir da “fadiga da democracia” e do ressentimento dos grupos que viram seus privilégios diminuir nas últimas décadas terão uma plataforma de grande influência em mãos.

2. “Given how easily deepfakes can combine fake narratives and information with fabricated sources of authority, they have an unprecedented potential to mislead, misinform and manipulate, [...]”.

Como a rede social mais popular do mundo, segundo a *Statista*³, a quantidade de dados que é gerada pelos usuários do Facebook torna esse ambiente ideal para propagação de notícias em nichos, de forma a influenciar o pensamento social e político. O impacto do Facebook sobre sociedades ao redor do mundo tem levantado a pergunta de até onde a equipe de uma empresa consegue controlar a atividade de mais de 2,7 bilhões de usuários, como ressaltou Sheera Frenkel (2020) no *The New York Times*.

3 O FACEBOOK E A NECESSIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO

O escândalo que estourou em 2017, envolvendo a empresa inglesa *Cambridge Analytica* e o *Facebook*, demonstrou em primeira mão a instrumentalização dos dados de usuários para fins políticos. Conforme ressaltado por estudos sobre o crescimento das redes, o uso das informações é feito de forma irregular, sem que as pessoas saibam que seus dados estão sendo processados. Envolvida tanto na campanha presidencial de Donald Trump, nos Estados Unidos, quanto na campanha do *Brexit*, no Reino Unido, a *Cambridge Analytica* analisava o *big-data* e direcionava ações nas redes sociais aos usuários que estariam mais propensos a mudar de opinião, para alterar as previsões eleitorais através da manipulação do voto (CALDAS, C.; CALDAS, P., 2019).

Desde então, o *Facebook* esteve sob o escrutínio da *Federal Trade Commission* (FTC) dos Estados Unidos. Em 2018, a empresa recebeu uma multa da FTC de 5 bilhões de dólares devido às suas políticas de privacidade. Contudo, a condenação não veio com nenhuma condição de mudança nas suas práticas, o que foi duramente criticado por organizações de *advocacy* e por legisladores democratas (GUO, 2020). Com uma condenação irrisória em comparação com a receita anual da empresa, não se criou uma motivação interna para modificação das políticas, o que se junta ao fato de que a responsabilização tampouco está sendo diretamente imposta pelos órgãos responsáveis.

Apesar da possibilidade de que a interferência eleitoral fosse um caso isolado, um memorando publicado em setembro de

3. MOST popular social networks worldwide as of October 2020, ranked by number of active users. **Statista**, out. 2020.

2020 pela ex-funcionária do *Facebook*, Sophie Zhang, que atuava como cientista de dados na empresa, levantou ainda mais questões quanto ao papel nocivo que a rede pode ter sobre o tecido político. O memorando foi escrito e publicado no canal de comunicação interno da empresa e divulgado externamente em primeira mão pelo *BuzzFedd News*. Zhang relatou ter encontrado evidências de grupos usando o *Facebook* para impulsionar ou destruir figuras políticas e influenciar em resultados eleitorais, além de governos propagando desinformação para influenciar sua população. Em entrevista para o *The Guardian* em 2021, ela disse que “O que temos visto é que vários presidentes nacionais acreditam que essa atividade é suficientemente valiosa para as suas ambições autocráticas para sentirem a necessidade de a fazer de forma tão flagrante que eles nem estão se preocupando em esconder”⁴ (ZHANG apud WONG, 2021, tradução nossa).

O nome dado pelo *Facebook* para esse processo é “coordinated inauthentic behaviour” (CIB), ou comportamento inautêntico coordenado, mas existem critérios que precisam ser atendidos e, por isso, dificultam o enquadramento de alguns casos importantes para priorização, ainda que tenham violado políticas da rede. Um exemplo disso é o fato de que usuários podem ter apenas uma conta, a qual deve contar com seu nome “real”, mas nada é dito sobre o uso de páginas que contam com nomes e fotos falsos para se passar por usuários. Para Zhang, o fato de que são as mesmas pessoas que lidam com a manutenção de boas relações com governos e com o reforço das políticas do site gera um conflito de interesses, o qual foi responsável pela manutenção da brecha das páginas por mais de um ano após a sua identificação (WONG, 2021).

Segundo Sophie Zhang, a empresa demorava a agir sobre as denúncias que ela tentava levar adiante, fosse com seu gerente, com diferentes grupos ou até mesmo com o vice-presidente da companhia. Ademais, era considerado de menor importância, no seu rol de atividades, que ela atuasse em movimentos de menor escala, mas que poderiam ter maior impacto civil. “É a história do *Facebook* abdicando da responsabilidade por atividades malignas na sua plataforma que poderiam afetar o destino político de nações

4. “‘What we have seen is that multiple national presidents believe that this activity is sufficiently valuable for their autocratic ambitions that they feel the need to do it so blatantly that they aren’t even bothering to hide,’ Zhang told the Guardian”.

além dos Estados Unidos ou da Europa Ocidental”⁵ (DIXIT et al., 2020, tradução nossa).

É notável o fato de que Zhang era uma funcionária de médio porte e, ainda assim, tinha a autonomia para decidir a priorização quando encontrava *bots* (contas automatizadas) atuando em processos políticos. Ela disse que, agindo sem supervisão ou orientação, tomou tantas decisões que afetaram presidentes e políticos proeminentes que perdeu a conta. “Esse poder contrastava com o que ela disse que parecia ser uma falta de desejo da liderança sênior em proteger processos democráticos em países menores”⁶ (DIXIT et al., 2020, tradução nossa). Segundo a cientista, o *Facebook* leva largamente em consideração os aspectos de relações públicas e tende a ignorar o impacto desproporcional que um volume pequeno de atividade ilegítima pode ter sobre realidades civis (FRENKEL, 2020).

A Declaração conjunta publicada pelas Nações Unidas sobre liberdade de expressão, “*fake news*”, desinformação e propaganda, além de demonstrar preocupação com as implicações negativas desse fenômeno e seu possível impacto sobre a liberdade de expressão, também buscou trazer à luz a falta de transparência no processo de moderação de conteúdo feita por terceiros: “Essas políticas deveriam ser baseadas em critérios objetivamente justificáveis ao invés de objetivos ideológicos ou políticos [...]” (JOINT DECLARATION..., 2017, tradução nossa)⁷. Essa é uma preocupação que se encaixa à realidade do *Facebook* não apenas devido aos critérios de relações públicas usados pela empresa para tomada de decisão, mas também porque, segundo uma fonte do *BuzzFeed News* que trabalha em monitoramento de contas do Azerbaijão, “[...] o *Facebook* às vezes piora a situação ao remover contas ou páginas de ativistas de direitos humanos e outras pessoas após *trolls* denunciá-las”⁸ (DIXIT et al. 2020, tradução nossa).

5. “It’s the story of Facebook abdicating responsibility for malign activities on its platform that could affect the political fate of nations outside the United States or Western Europe.”

6. “That power contrasted with what she said seemed to be a lack of desire from senior leadership to protect democratic processes in smaller countries”.

7. “Where intermediaries intend to take action to restrict third party content (such as deletion or moderation) which goes beyond legal requirements, they should adopt clear, predetermined policies governing those actions. Those policies should be based on objectively justifiable criteria rather than ideological or political goals and should, where possible, be adopted after consultation with their users.”

8. “They said Facebook has at times made things worse by removing the accounts or pages of human rights activists and other people after trolls report them. ‘We tried to tell Facebook that this is a real person who does important work,’ but it took weeks for the page to be restored”.

O governo dos Estados Unidos buscou controlar o poder que o *Facebook* possui quando, em dezembro de 2020, a FTC e alguns dos Estados abriram um processo antitruste contra a empresa. A FTC justificou o embate por considerar que são usados métodos injustos de competição – tendo em vista a aquisição do *Instagram*, em 2012, e do *WhatsApp*, em 2014. Alegadamente, isso configura um monopólio de mídias sociais, o que se sustenta a partir de declarações e diretivas do próprio criador e CEO Mark Zuckerberg, que defende a compra acima da competição. A questão se relaciona com a crescente crítica aos gigantes da tecnologia, que também levou a um processo antitruste contra a *Google* por parte do *Department of Justice* em 2020 (GUO, 2020).

As denúncias feitas quanto à falta de responsabilização do *Facebook* mostram que a empresa ainda é extremamente seletiva quanto às informações que divulga, dando ao seu público informações incompletas quanto às operações ligadas à identificação de contas falsas, *spam* e falso engajamento, e postergando a admissão de responsabilidade quanto a processos políticos significativos em outros países. No Sul Global, essa responsabilização tem ainda menor tendência a acontecer.

4 EFEITOS DO FACEBOOK SOBRE O SUL GLOBAL

A matéria do *The Economist* alertou o fato de que democracias fortes podem construir defesas frente ao estado de “pós-verdade”, mas que regimes autoritários são mais vulneráveis a essa estratégia política (ART..., 2016). Além dos regimes autoritários, é possível identificar uma dificuldade em combater a propagação da desinformação, ou ao menos limitar a sua influência, em países cuja democracia não possui a força postulada. Como ressaltado no Relatório Internet, Desinformação e Democracia, “Muitos dos países do Sul Global viveram histórias coloniais e de instabilidades políticas relativamente recentes. Isso contribuiu decisivamente para uma implementação mais tênue das regras democráticas nestas sociedades” (RELATÓRIO..., 2020, p. 19).

A popularização da divisão entre Norte e Sul Global como ferramenta analítica aconteceu em 1980, quando foi publicado o relatório “Norte-Sul: Um Programa para Sobrevivência”, o qual trazia diversas propostas para uma Nova Ordem Econômica Internacional que lidasse com as questões de desigualdade entre os Estados.

Desde então, a “Linha Brandt” ilustrou as divisões e desigualdades presentes entre certas regiões do mundo.

Nicholas Lees (2021) relembra que foi a descolonização que trouxe à tona a verdadeira política internacional da desigualdade, pois a entrada de um grande número de países economicamente inseguros e com experiência de dominação colonial gerou uma identidade em termos de pertencimento a uma periferia e em relação às insatisfações com o funcionamento do sistema internacional. A Conferência de Bandung (1955) é o primeiro encontro significativo dos países que se identificavam com esses interesses, mas o autor identifica no Grupo dos 77 (G77), formado no âmbito da Organização das Nações Unidas, a coalizão mais importante do Sul Global.

Como poucas das propostas do relatório foram implementadas e a ordem internacional passou por mudanças significativas, Lees (2021) conduziu um estudo para compreender se essa divisão ainda é pertinente para o século XXI, ou seja, se quarenta anos depois ela ainda é uma representação válida dos elementos econômicos e políticos que dividem o mundo. O autor chegou à conclusão de que, apesar do crescente papel de países do Sul na economia global, os níveis de desigualdade e insatisfação demonstram mais continuidades do que mudanças. O peso econômico dos países do G77 pode ter se aproximado do peso da OCDE, mas a hierarquia internacional de rendimentos seguiu majoritariamente inalterada, de forma que o Sul Global continuou se articulando nas organizações internacionais para pressionar por mudanças que atinjam as desigualdades.

Um aspecto da aparente aproximação entre as regiões é o crescimento significativo da esfera digital no Sul Global nos últimos anos. Em Myanmar, a porcentagem da população conectada mudou, em poucos anos, de 1% para 50%. As tecnologias móveis tiveram um impacto importante nesse processo, permitindo, por exemplo, que a taxa de crescimento de usuários de celular na África Subsaariana ficasse em torno de 18% desde 2007 (ARORA, 2016).

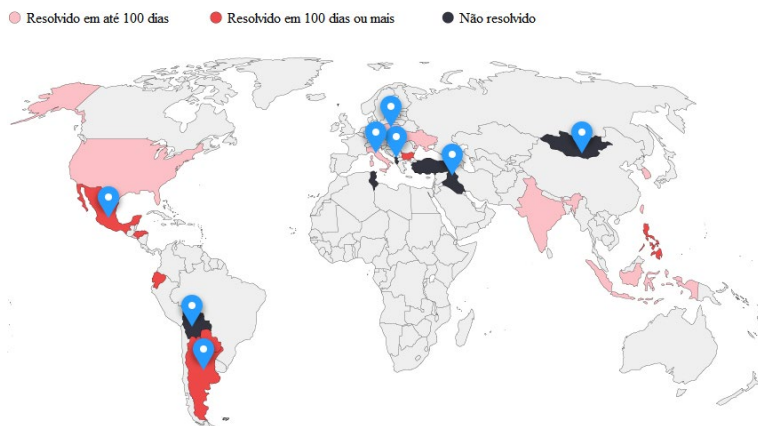
No contexto de existência de instituições fracas ou vácuos institucionais, plataformas digitais podem contribuir através da institucionalização de novas normas e práticas, o que pode ter tanto impactos positivos como negativos. Por um lado, as plataformas digitais possuem um potencial importante para resolver problemas sociais e de desenvolvimento em países do Sul Global,

mas também podem resultar em distribuição injusta de recursos entre o Norte e o Sul (KOSKINEN et al., 2019). Em relação à rede de desinformação, a concentração da origem e das operações das plataformas no Norte global tem tido efeitos diretos sobre as sociedades do Sul.

Segundo dados da *Statista*, em todo o mundo a exposição às *fake news* tem níveis mais alarmantes em três países: Turquia, México e Brasil (PUUTIO; TIMIS, 2020). Enquanto o Brasil se reconhece como parte do Sul Global, o México se retirou do G77 quando entrou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo Nicholas Lees (2021), os Estados parecem lidar com a adesão a tais grupos como mutuamente exclusivas, o que é ratificado pelo fato de que a Turquia é membro-fundador da OCDE e nunca esteve presente no G77. Nesses países, o nível de insatisfação é mais baixo devido a uma tentativa de harmonização com o sistema, mesmo que existam disparidades significativas em relação às grandes economias e que exista o impacto do imperialismo das transnacionais sobre sua economia e sociedade. Não obstante, por ter se enquadrado como parte do Sul durante muitos anos e por estar excluído do Norte segundo a própria Linha Brandt, o México é relevante para a presente análise.

Neste contexto, o fato de que Sophie Zhang encontrou evidência de atividades inautênticas em países como Bolívia e Equador e decidiu não as priorizar devido à carga de trabalho (DIXIT et al., 2020) é um demonstrativo da divisão desigual de recursos para atender às regiões. Essa tendência também pode ser vista no Gráfico 1, publicado pelo jornal *The Guardian*, o qual evidencia que o tempo de resposta é mais baixo quando o engajamento falso é detectado em países do Norte - principalmente os Estados Unidos, que estão na faixa mais clara. É possível observar também que, no período estudado, países de maior desenvolvimento, como o México e a Argentina (a qual faz parte do G77), tiveram o problema resolvido com uma demora de mais de 100 dias, mas não se deixou de combater o engajamento falso, enquanto outros países do Sul não tiveram prioridade suficiente e os casos ainda não tinham sido resolvidos.

Gráfico 1: detecção de engajamento falso por parte do Facebook



Guardian graphic. Source: Former Facebook employee Sophie Zhang

Fonte: The Guardian⁹

Existe ainda uma interseção, que gera uma resposta mais rápida, quando o conteúdo inautêntico entra na zona de conflito de interesses quanto à manutenção de boas relações com governos. A Índia é um caso emblemático. No gráfico, é possível observar que esse país do Sul teve o engajamento falso resolvido em até 100 dias, a faixa mais baixa de resposta. Zhang ressaltou em seu memorando que, em dezembro de 2019, ela identificou engajamento falso sendo produzido por quatro redes sofisticadas, das quais duas se relacionavam com o partido Congresso Nacional Indiano e duas com o partido de situação, o partido Bharatiya Janata (BJP) e diretamente com o Primeiro Ministro. No mesmo mês, as redes começaram a ser extintas, mas, quando foram encontradas 50 contas inautênticas ligadas ao perfil pessoal do Primeiro Ministro Narendra Modi, a remoção das contas foi pausada. Apesar da possibilidade do envolvimento direto de Modi ou de alguém com acesso ao seu perfil do *Facebook* nas redes inautênticas, o sistema “Xcheck”, usado para identificar contas de destaque e evitar que elas sejam alvo de ações automáticas de execução, marcava a conta como “Parceiro Governamental” e “Alta prioridade – Indiano”¹⁰. Não foi confirmado o en-

9. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2021/apr/12/facebook-fake-engagement-whistleblower-sophie-zhang>.

10. Os termos no original são “Government Partner” e “High Priority – Indian”, presentes em Wong e Ellis-Petersen, 2021.

volvimento de Modi e o *Facebook* negou repetidamente a visão de Zhang sobre o acontecido, mas as responsáveis pela matéria no jornal *The Guardian* declararam que as alegações feitas pela empresa sobre o andamento da situação ligada ao Primeiro Ministro foram contraditórias (WONG; ELLIS-PETERSEN, 2021).

Vale ressaltar que o Facebook possui acesso privilegiado ao *big-data* de algumas economias emergentes, nas quais a empresa lançou o “Free Basics”, plataforma que dá acesso gratuito a *sites* selecionados para a parcela mais pobre da população. Payal Arora, em seu estudo sobre os efeitos do *big-data* sobre a “base da pirâmide” (BoP) – parcela mais pobre e excluída dos processos globais –, chama atenção ao fato de que:

A neutralidade da internet se torna secundária em nome de fazer o bem e dá ao Facebook uma vantagem única sobre os dados do comportamento da população da BoP. A Wikipedia funciona como um cavalo de Troia, abrindo o caminho para o monopólio do Facebook entre os sujeitos de uso de dados do sul global (sic). A democracia da informação e marcas selecionadas de tecnologia estão indelevelmente unidas através desses esforços. (ARORA, 2016, p. 1686, tradução nossa)¹¹

Como visto, as atividades inautênticas encontram terreno fértil tanto em democracias como em autocracias. Em sua coluna, Jamelle Bouie (2020) relembra casos como o de Myanmar, onde os militares usaram o *Facebook* para incitar um ódio genocida contra um grupo minoritário do país, o Rohingya, composto em sua maioria por muçulmanos. O colunista parece especialmente preocupado com o potencial genocida da incitação feita através dessa rede social, visto que ela já teve dois resultados violentos na Etiópia, sendo o primeiro em 2019, quando a desinformação levada a cabo no Facebook elevou os ânimos que causaram a morte de 86 pessoas. Em junho de 2020, na capital Addis Ababa, após o assassinato do cantor e ativista político Hachalu Hundessa, a violência foi mais uma vez potencializada pelo discurso de ódio na plataforma.

No memorando escrito por Zhang, aparecem mais países do Sul Global, como Honduras, Azerbaijão e Brasil. O interesse do *Fa-*

11. “Net neutrality takes a backseat in the name of doing good and gives Facebook a unique vantage into the databased behavior of the BoP populace. Wikipedia serves as a Trojan horse, paving the path for Facebook’s monopoly among the Global South’s data-driven subjects. Democracy of information and select IT brands are indelibly tied together through such efforts”.

cebook em proteger aqueles de maior visibilidade e impacto para seus resultados econômicos pode ser visto também a partir desse recorte. Enquanto a empresa publicou uma nota, em 2018, tornando públicas as suas ações em relação ao combate da desinformação nas eleições nos EUA e no Brasil (Q&A..., 2018), Zhang divulgou que, no Azerbaijão, “Talvez eles achassem que eram espertos, mas a verdade era que *nós simplesmente não nos importávamos o suficiente para parar eles.*”¹² (DIXIT; et al., 2020, tradução nossa, grifo nosso). Logo, quanto maior a visibilidade pública ou a interferência da imprensa, mais rapidamente esses casos podem subir em prioridade e ser resolvidos pela empresa – ainda que, é preciso ressaltar, de forma superficial, sem investigação quanto às origens das atividades inautênticas ou punições aos envolvidos (WONG, 2021).

Mesmo com o posicionamento à frente do processo, o Facebook foi usado em grande escala para influenciar as eleições brasileiras de 2018. Campanhas políticas se utilizaram de programas que permitem a coleta de telefones dos usuários do Facebook para criar grupos no WhatsApp e realizar disparos de mensagens em massa. Vale ressaltar que, como no caso da *Cambridge Analytica*, essa prática viola as regras de uso de dados da rede social. No contexto da desinformação, esse artifício foi crucial para espalhar ideias como a do “kit gay” e de que o Brasil seria transformado num país comunista, o que ajudou a fortalecer a plataforma das novas direitas brasileiras e teve importante papel na eleição de Jair Bolsonaro e de diversos candidatos conservadores. “Com as redes sociais desempenhando um papel cada vez mais importante no cenário eleitoral, foi por meio delas que campanhas conseguiram dados da população para influenciar eleitores” (MAGENTA; et.al, 2018).

O caso azerbaijano foi o que mais demorou a ser resolvido, e o que mais preocupou Zhang. Foi identificada em 2019 uma campanha de assédio a opositores políticos e à mídia independente que era concretizada a partir de páginas que se passavam por usuários, as quais faziam parte da brecha comentada anteriormente. Contudo, nem a equipe da Europa Oriental nem a equipe do Oriente Médio olharam a situação a fundo nos primeiros meses, porque *nenhum* dos funcionários falava azeri. Em dezembro de 2019 começaram as investigações sobre a rede e, em fevereiro de 2020, já era

12. “Perhaps they thought they were clever; the truth was, we simply didn’t care enough to stop them”.

possível ligá-la ao governo do presidente Ilham Aliyev, mas, logo em seguida, a prioridade foi mudada para baixa. Zhang contou ao *The Guardian* que “Foi-me dito diretamente por lideranças que eu deveria ignorar esses casos porque, se eles fossem impactantes, eventualmente nós receberíamos duras críticas de relações públicas que motivariam uma mudança”¹³ (ZHANG apud WONG, 2021, tradução nossa). Essa visão se torna problemática tendo em vista que o risco social não está ligado necessariamente ao risco de relações públicas, segundo a ex-funcionária. Para ela, o *Facebook* foi um cúmplice por inação na repressão autoritária que aconteceu em agosto de 2020 no país (WONG, 2021).

Um dos casos do continente americano, relativo a um governador do México, reforça a existência do critério de relações públicas na decisão de priorização do combate a atividades inautênticas. Segundo os relatos da ex-funcionária:

Em setembro de 2018, por exemplo, Zhang alertou à equipe de política que Alejandro Murat Hinojosa, o governador de Oaxaca, no México, estava recebendo uma quantidade substancial de engajamento falso. Nada foi feito até 7 de janeiro de 2019, quando a equipe de informações sobre ameaças recebeu uma cópia de um rascunho de um artigo feito pelo DFRLab (sic) do Conselho Atlântico expondo *likes* suspeitos de contas sul-asiáticas do *Facebook* nas páginas de Murat. Repentinamente, os *likes* falsos foram considerados de alta prioridade e Zhang foi chamada para removê-los. (WONG, 2021, s/n, tradução nossa)¹⁴

Não se pode deixar de mencionar Honduras, que foi o primeiro caso a se enquadrar na brecha das páginas falsas, as quais estavam causando engajamento a favor do presidente Juan Orlando Hernández. Devido ao problema de enquadramento, houve resistência em enquadrar o caso como CIB mesmo que, de junho a julho de 2018, mais de 78% dos likes nos seus posts vinham de usuários falsos. Até então, o “engajamento falso” era identificado como tendo objetivos comerciais e econômicos, mas o episódio mostrou que

13. “I’ve been told directly by leadership that I should ignore these cases because if they are impactful, we’ll eventually receive PR flak over it and motivate a change”.

14. “In September 2018, for example, Zhang alerted the policy team that Alejandro Murat Hinojosa, the governor of Oaxaca, Mexico, was receiving substantial amounts of fake engagement. Nothing was done until 7 January 2019, when the threat intelligence team received a draft copy of an article by the Atlantic Council’s DFRLab exposing suspicious likes from south Asian Facebook accounts on Murat’s Pages. Suddenly the fake likes were considered a high-priority escalation, and Zhang was brought in to remove them”.

existiam objetivos cívicos, ou seja, políticos. Sophie Zhang esteve à frente da descoberta da rede e se deparou com o desinteresse no caso, o que atrasou em quase um ano a operação de desmantelamento (que ocorreu apenas em julho de 2019). Apesar de seus pares reconhecerem que o abuso era real e sério, a mensagem geral era de que os recursos eram escassos e que Honduras não representava uma prioridade para a companhia. Essa posição se manteve quando a rede de atividades inautênticas começou a se restabelecer, já em dezembro de 2019. O vice-presidente de integridade, Rosen, admitiu então a Zhang que essa operação se encontrava em ritmo limitado devido às prioridades, principalmente dos EUA e da Europa Ocidental, o que ele considerava uma estratégia correta (WONG, 2021).

Mais do que uma indiferença aos efeitos do seu próprio posicionamento corporativo, a atitude do *Facebook* tem sido repetidamente de permissividade e de desrespeito às soberanias do Sul. Um exemplo marcante foi dado pela ex-funcionária ao relatar uma conversa com um superior: “Um gestor da Resposta Estratégica disse-me que a maior parte do mundo fora do Ocidente era efetivamente o Oeste Selvagem, tendo em mim a ditadora de meio período”¹⁵, disse Zhang (DIXIT; et al., 2020, tradução nossa).

CONCLUSÃO

Se, por um lado, Jamelle Bouie está incerto quanto à capacidade da democracia americana de sobreviver a uma “plataforma otimizada para o pensamento conspiratório” (BOUIE, 2020, tradução nossa)¹⁶, por outro lado, o Sul Global já tem a sua resposta. A revisão bibliográfica feita neste artigo, bem como a análise das recentes denúncias da ex-funcionária do Facebook, mostram que uma situação que tem potencial de agravamento tem sido ignorada. A crescente falta de confiança nas instituições públicas causada pela propagação de desinformação e as alterações concluídas com sucesso nos processos eleitorais podem fragilizar ainda mais tecidos sociais que estavam em vias de consolidação. Ademais, a própria

15. “A manager on Strategic Response mused to myself that most of the world outside the West was effectively the Wild West with myself as the part-time dictator – he meant the statement as a compliment, but it illustrated the immense pressures upon me”.

16. “It is unclear, however, if it can survive a platform optimized for conspiratorial thinking”.

coesão social sofre ao ver suas brechas amplificadas por discursos de ódio propagados e amplificados pelos *bots* e demais formas de atividade inautêntica nas redes sociais. A maior rede social do mundo não está isenta desse cenário.

O acesso à informação e a liberdade de expressão são vetores essenciais no mundo globalizado. Ambos os direitos deveriam ser garantidos pelos Estados, mas conseguimos observar através dos casos do Sul Global que eles têm sido manipulados para orientar a opinião pública, não apenas através de *fake news* como também através de falso engajamento em contas do âmbito político. “Fica evidente, também, que confiar à política o papel de estabelecer a verdade dos fatos é flertar com o autoritarismo, ou mesmo com o totalitarismo” (BUCCI, 2018, p. 25). Logo, para assegurar um espaço plural e livre, as redes sociais precisam ser responsabilizadas pelas atividades ilícitas que ocorrem em suas plataformas, aumentando a transparência dos processos e sendo alvo de medidas concretas para mudança de procedimento.

Sendo a maior rede social do mundo, o *Facebook* tem tido um papel inegável em eventos políticos ao redor do mundo. Apesar de possuir grupos de trabalho internos para investigação de atividades inautênticas, a empresa tem demonstrado uma priorização inequívoca para as regiões do Norte global, em especial os Estados Unidos e a Europa Ocidental. As denúncias feitas pela ex-funcionária Sophie Zhang e dados internos mostram que existe uma relutância em direcionar recursos para casos de baixa notoriedade midiática e, especialmente, que aconteçam em países do Sul Global. Contudo, este estudo tornou evidente que os impactos sobre o tecido social dessas sociedades são muito mais altos, apesar do aparente volume mais baixo de atividade inautêntica. Desde incitação à violência até manipulação eleitoral e da opinião pública – muitas vezes perpetrada pelo próprio governo – essas atividades já impactaram países como o Brasil, o México, a Índia, Honduras, Myanmar e o Azerbaijão.

Enquanto os aspectos sociais da desinformação forem ignorados em favor de cálculos políticos e econômicos, o potencial positivo do avanço da rede de dados e das plataformas digitais será acompanhado de um potencial para causar danos irreversíveis às populações mundiais. Não se pode esquecer as mortes causadas pelos discursos de ódio perpetrados em redes sociais, e não apenas no *Facebook*. A concentração da gestão das redes em países ricos do Norte e o receio dos governos em tomar medidas efetivas de res-

ponsabilização frente às transnacionais são fatores que dificultam o equilíbrio desses efeitos sobre as sociedades e tendem a exacerbar o seu potencial destrutivo.

REFERÊNCIAS

ARORA, Payal. The Bottom of the Data Pyramid: Big Data and the Global South. **International Journal of Communication** 10, 2016, p. 1681–1699.

ART of the lie. **The Economist**, 10 set. 2016. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2016/09/10/art-of-the-lie>. Acesso em: 30 out. 2020.

BOUIE, Janelle. Facebook Has Been a Disaster for the World. **The New York Times**, 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/09/18/opinion/facebook-democracy.html>. Acesso em: 06 out. 2020.

BUCCI, Eugênio. **Pós-política e corrosão da verdade**. Revista USP, n. 116, p. 19-30. São Paulo: jan./fev./mar. 2018.

CALDAS, Camilo O. L.; CALDAS, Pedro N. L. **Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms**. Perspectivas em Ciência da Informação, vol. 24 n. 2. Belo Horizonte: abr./jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362019000200196&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2020.

DIXIT; Pranav; MAC, Ryan; SILVERMAN, Craig. “I Have Blood on My Hands”: A Whistleblower Says Facebook Ignored Global Political Manipulation. **BuzzFeed News**, 14 set. 2020. Disponível em: <https://www.buzzfeednews.com/article/craigsilverman/facebook-ignore-political-manipulation-whistleblower-memo>. Acesso em: 06 out. 2020.

FRENKEL, Sheera. Facebook Is Failing in Global Disinformation Fight, Says Former Worker. **The New York Times**, 14 set. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/09/14/technology/facebook-manipulation-whistleblower-sophie-zhang.html>. Acesso em: 06 out. 2020.

GUO, Eileen. Facebook is now officially too powerful, says the US government. **MIT Technology Review**, 9 dez. 2020. Disponível em: https://www.technologyreview.com/2020/12/09/1013641/facebook-should-be-broken-up-says-us-government/?truid=&utm_source=the_download&utm_medium=email&utm_campaign=the_download.unpaid.engagement&utm_term=&utm_content=12-10-2020&mc_cid=07b23c083b&mc_eid=270de567f6. Acesso em: 03 mai. 2021.

JOINT DECLARATION on Freedom of Expression and “fake news”, Disinformation and Propaganda. UN, OSCE, OAS, ACHPR, 3 mar. 2017.

KOSKINEN, Kari; BONINA, Carla; EATON, Ben. Digital Platforms in the Global South: Foundations and Research Agenda. **International Federation for Information Processing**, 2019, p. 319–330.

LEES, Nicholas. The Brandt Line after forty years: The more North–South relations change, the more they stay the same? **Review of International Studies**, 2021, 47: 1, p. 85–106.

MAGENTA, Matheus; GRAGNANI, Juliana; SOUZA, Felipe. Eleições 2018: Como telefones de usuários do Facebook foram usados por campanhas em ‘disparos em massa’ no WhatsApp. **BBC Brasil**, 20 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45910249>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MOST popular social networks worldwide as of October 2020, ranked by number of active users. **Statista**, out. 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PUUTIO, Alexander; TIMIS, David. **Deepfake democracy: Here’s how modern elections could be decided by fake News**. World Economic Forum, 05 out. 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2020/10/deepfake-democracy-could-modern-elections-fall-prey-to-fiction/>. Acesso em: 10 out. 2020.

Q&A on Upcoming US and Brazil Elections. Facebook, 19 set. 2018. Disponível em: <https://about.fb.com/news/2018/09/us-brazil-elections/>. Acesso em: 30 out. 2020.

RELATÓRIO Internet, Desinformação e Democracia. Comitê Gestor da Internet no Brasil, jun. 2020. Disponível em: https://www.pucrs.br/direito/wp-content/uploads/sites/11/2020/06/2020_06_22-direito-covid-19-ppgd-livros-relatorio_internet_desinformacao_e_democracia.pdf. Acesso em: 6 out. 2020.

WONG, Julia Carrie. How Facebook let fake engagement distort global politics: a whistleblower’s account. **The Guardian**, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2021/apr/12/facebook-fake-engagement-whistleblower-sophie-zhang>. Acesso em: 03 mai. 2021.

WONG, Julia Carrie; ELLIS-PETERSEN, Hannah. Facebook planned to remove fake accounts in India – until it realized a BJP politician was involved. **The Guardian**, 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2021/apr/15/facebook-india-bjp-fake-accounts>. Acesso em: 04 mai. 2021.

*Recebido em: 06 de maio de 2021
Aprovado em: 25 de outubro de 2021*